

**Justiça em**

**Edição 39**  
ANO VIII - fevereiro de 2014



# REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

**Ideias e ações  
para a Administração da JFSP**

- **BRAGANÇA PAULISTA**
- **NOVOS SERVIDORES**
- **PERÍCIAS NOS JEFs**
- **EXECUÇÃO INVERTIDA EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

# 2014



Este texto – escrito ainda nos primeiros dias de dezembro – foi pensado como uma espécie de “despedida”, afinal de contas, trata-se do último exemplar da gestão iniciada em 2012 pelo Ciro Brandani e assumida por mim em abril de 2013. Observado esse espírito, chamo a atenção para uma específica matéria, dentre as tantas que aqui se põem: a que resume (ou pretende resumir) parte das atividades

(longe disso!); muito mais teria a se dizer sobre o que foi feito nesse período; mais ainda sobre o que não se conseguiu executar e que, por isso mesmo, é antevisto (ainda que como mera proposta) para o porvir. Seja como for, prefiro remeter os colegas, para além da tal matéria, a um específico documento que está sendo deixado à disposição de todos, construído a título de relato da gestão e das marcas

deixadas – espera-se, sinceramente, que ele sirva, de algum modo, não só aos próximos gestores, mas a todos. No mais, sinto-me incontrolavelmente impelido a utilizar este espaço para averbar, publicamente, a gratidão sem tamanho que me enche a alma em relação a todos os colegas e servidores, principalmente por sua paciência, compaixão e espírito colaborativo. Ao Ciro Brandani, em especial, deixo registrados meus agradecimentos (não me canso de fazê-lo!) por sua generosidade em relação a mim. Em relação aos servidores do Administrativo (central e locais), aos quais me dirijo na pessoa do diretor Rodrigo Corral, devo consignar não só minha gratidão, senão também (e principalmente) a sincera admiração pelo trabalho competente e discreto que executam. Que Deus os abençoe a todos!

**Paulo Cesar Conrado**  
Diretor do Foro

**Juiz Federal Diretor do Foro**  
Paulo Cesar Conrado

**Juizes Federais Vice-Diretores do Foro**  
Alessandra de Medeiros Nogueira Reis  
Massimo Palazzolo

**Diretor da Secretaria Administrativa**  
Rodrigo Corral

**Diretor do Núcleo de Comunicação Social**  
Ricardo Acedo Nabarro

**Seção de Multimídia e Audiovisual**  
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)  
Coaracy Caracas Soares Santos  
Elizabeth Branco Pedro  
Javã de Carvalho

**Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa**  
Fernando Coleti (supervisor)  
Jefferson Messias  
Kátia Serafim

**Estagiários**  
Igor de Francisci Gonzalez  
Paula Spínola  
Bárbara Alcalde de Lima

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br  
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a  
versão virtual da revista em  
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

# Execução Invertida acelera ações Previdenciárias

Um procedimento não previsto no Código de Processo Civil e que tem gerado resultados positivos nas ações previdenciárias é a chamada "Execução Invertida". Idealizada pela juíza federal Márcia Hoffmann Turri, titular da 2ª Vara Previdenciária na capital, a medida tem sido adotada por magistrados que desejam agilizar os pagamentos devidos pelo INSS aos autores que ganharam ações na Justiça Federal. Segue entrevista (\*) exclusiva sobre o assunto:

## Justiça em Revista: O que é a "Execução Invertida"?

**Márcia Hoffmann:** Trata-se da inversão do procedimento de execução, adotada pela 2ª Vara Previdenciária de São Paulo, visando à celeridade processual. Uma vez baixados os autos do TRF, com decisão favorável ao beneficiário do Regime Geral da Previdência Social, o INSS é imediatamente intimado a apresentar os cálculos de liquidação do julgado. Oferecidos os cálculos, a parte autora é intimada a se manifestar, sendo que, na hipótese de anuência integral com os valores apresentados, o montante pode ser requisitado rapidamente. Somente quando não há concordância das partes é que o processo segue o trâmite do artigo 730 do CPC, mais demorado. Embora regular, tal procedimento não é previsto pelo Código de Processo Civil para a execução contra a Fazenda Pública. Todavia, tem apresentado excelentes resultados nos últimos anos, sobretudo em virtude da concordância da autarquia previdenciária em segui-lo.

## JR: A senhora foi idealizadora do projeto?

**Márcia Hoffmann:** Disse Isaac Newton que, se viu mais longe, foi por estar de pé sobre ombros de gigantes. É claro que não comparo a execução invertida a absolutamente nada imaginado pelo genial pensador inglês (risos), mas gostaria de destacar que, na minha opinião, nenhuma ideia surge do nada. Certa vez, a juíza Ana Lúcia Pezarini (da 7ª Vara de Execuções Fiscais) comentou comigo que o doutor Wilson Pereira Júnior estava fazendo algo parecido em São José do Rio Preto. Trocamos algumas ideias que me foram utilíssimas, contudo, não adotei seu procedimento, até porque envolvia

homologar acordos em audiências e eu achava que deveria haver algum modo mais fácil para obter a anuência das partes acerca da quantia devida. Conversei muito com a juíza Ana Lúcia, que é uma processualista de mão cheia, e acabei pensando num procedimento diferente. Também não posso deixar de citar os juízes federais substitutos que passaram pela 2ª Vara Previdenciária e que deram sugestões valiosas, aprimorando a execução invertida.



## JR: O procedimento está sendo adotado por outros juízes?

**Márcia Hoffmann:** A 5ª Vara Previdenciária, na qual a juíza Tatiana Nogueira é titular, acabou adotando a execução invertida (e por outro lado, também adotei várias de suas ideias, demonstrando a importância da troca de experiências e interlocução contínua, democrática e respeitosa entre magistrados). Isso trouxe mais celeridade ao processo. Uma justiça tardia pode ser tecnicamente perfeita, mas no fundo não é justiça. No princípio, alguns advogados resistiram, mas ousei dizer que, atualmente, a maioria prefere a execução invertida: de um lado, a parte autora, na imensa maioria dos casos hipossuficiente, não precisa se socorrer de um contador particular para oferecer seus cálculos de liquidação; de outro, já sabe que o INSS não irá questionar aqueles valores, normalmente apurados em consonância com os critérios acolhidos pela Justiça Federal. Por fim, há um ganho também para a contadoria judicial, que passa a avaliar um número consideravelmente menor de situações.

## JR: Qual a maior dificuldade em julgar essas ações?

**Márcia Hoffmann:** Ficamos particularmente aflitos por lidarmos, na imensa maioria dos casos, com segurados pobres, idosos e doentes, para quem um andamento mais lento pode comprometer a própria possibilidade de recebimento do que é devido, por direito, ainda em vida. Dizem que o hábito tira a emoção, mas confesso que ainda choro, por vezes, quando vejo que um segurado faleceu antes de receber os valores a que faria jus. Não se trata de atribuir culpas a ninguém em especial, mas de reconhecer que diversos fatores colaboram para que nosso contexto ainda seja muito desfavorável à eficiente administração da justiça.

## JR: Qual seria, na sua opinião, o futuro "ideal" para a Justiça Federal?

**Márcia Hoffmann:** Penso que o avanço da informatização seja inevitável, cedo ou tarde, creio que todos os processos tenderão a ser eletrônicos. A celeridade na tramitação dos feitos, claramente proporcionada pelo processo eletrônico, deve ser conjugada com a avaliação cuidadosa das especificidades de cada um, afinal, se a justiça tardia não é justa, a celeridade descuidada tampouco o é. Costumo dizer que os operadores jurídicos devem lidar com os processos como nos comportamos diante das obras de arte: devemos nos deixar impactar pelo que têm de singular, de novo, de diferente, caso contrário nos transformaríamos em meros apertadores de parafusos. É uma equação complicada. Em termos de "ideal", penso em magistrados e servidores capacitados, tecnicamente treinados, mas também dotados de uma visão humanista, capazes de conjugar produtividade com qualidade na prestação jurisdicional. Sonho com uma Justiça Federal em que servidores e magistrados possam trabalhar com tranquilidade e afincos, sabendo que sua dedicação será recompensada, no final do mês, por remunerações que deem conta do plano de saúde e da escola das crianças (risos). ■

(\*) Entrevista concedida em novembro de 2013.

### Visita

O juiz federal e diretor do Foro Paulo Cesar Conrado visitou no mês de novembro o imóvel da Polícia Federal que deverá ser utilizado como depósito para a Justiça Federal. O imóvel está localizado na avenida Santa Maria, região da Barra Funda, capital.



### Bragança Paulista

No dia 21/11 foi realizada a inauguração do JEF da 23ª Subseção Judiciária, com jurisdição sobre os municípios de Águas de Lindóia, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Joanópolis, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra, Socorro, Tuiuti e Vargem.

### Andradina

Aconteceu no dia 28/11 a solenidade que formalizou a mudança de competência da 1ª Vara-Gabinete da cidade, para 1ª Vara Federal de competência mista com Juizado Especial Adjunto Cível e Criminal



### Presidente Prudente

Foi inaugurada no dia 29/11 o JEF e a Central de Conciliação da 12ª Subseção Judiciária, ambos instalados no Fórum Federal da cidade, na rua Ângelo Rotta, n.º 110.

### Sustentabilidade

No dia 6/12 aconteceu no auditório do JEF/SP a palestra "Consumo Sustentável, Responsabilidade Socioambiental e Qualidade de Vida" ministrada pelos psicólogos Renata Sansoni e Geraldo da Silveira. O objetivo foi propor reflexões sobre condutas que potencializam a atitude sustentável.



### Taubaté

Em 16/12 foi inaugurado o novo prédio do Fórum Federal e a 1ª Vara-Gabinete do JEF na Subseção, ambos localizados na rua Francisco Eugênio de Toledo, 236, centro.

### Limeira

Aconteceu no dia 20/12 a solenidade de inauguração da 2ª Vara Federal com Juizado Especial Federal Adjunto da 43ª Subseção Judiciária.



### Conciliação

Foi realizada entre os dias 2 e 7 de dezembro a VIII edição da Semana Nacional de Conciliação, maior evento dessa prática no país. A Justiça Federal da 3ª Região realizou 4.492 audiências de conciliação, com mais de R\$ 41 milhões em homologações.

## Lançamentos

O juiz federal Márcio Ferro Catapani, da 10ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo, lançou em novembro, na Livraria Cultural do Shopping Iguatemi, o livro "Títulos Públicos – Natureza Jurídica de Mercado". Publicada pela editora Quartier Latin, a obra analisa os títulos públicos, sua natureza e regime jurídico e o mercado no qual tais títulos são negociados.



No dia 4/12, foi a vez do juiz federal e diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, Paulo Cesar Conrado, lançar o livro "Execução Fiscal", publicado pela Editora Noeses. O evento aconteceu em São Paulo no Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. "Espero, honestamente, que, para além de lido, o presente trabalho sirva à comunidade jurídica do ponto de vista prático, permitindo a (re)elaboração de discursos mais potentes, não propriamente pelo conteúdo expressado, senão pela reflexão propiciada", afirma o juiz no prefácio.

## Cursos compartilhados

Cursos elaborados pela JF da 3ª Região vem recebendo elogios e despertando interesse de outros órgãos públicos espalhados pelo Brasil. Em dezembro o servidor Hélio Martins Jr (NUES), ministrou o curso Media Training para os magistrados do TJ de Goiás e a JF do Ceará importou o curso "PDG – Desafios da Liderança". Em janeiro deste ano, a Escola Judicial do TRT da 15ª Região recebeu a palestra "Gestão do Tempo", da servidora Gisele Fessore.



## Sarau

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas promoveu no mês de dezembro o "II Sarau da JF". O evento aconteceu no auditório do JEF da capital e contou com a participação de servidores do 1º Grau e do TRF3. A confraternização deu a oportunidade a magistrados, servidores, estagiários e contratados mostrarem seus talentos num clima informal, descontraído e animado. Foram 32 apresentações artísticas com instrumentos musicais, canto, dança e até a exibição de um curta metragem.



# Ideias e ações para a Administração da JFSP

Os desafios de administrar a maior Seção Judiciária do país são muitos, sendo fundamental a melhoria constante do serviço prestado, bem como a continuidade do trabalho realizado entre uma gestão e outra.

Para o juiz federal Paulo Cesar Conrado, que assumiu a Diretoria do Foro em abril de 2013, “a Administração não é um fim em si mesma: tem nas áreas judiciárias a sua razão de ser. Predomina a ideia de interconexão – o que se faz aqui, ressoa ali; o que se deixa de fazer agora, repercute acolá, e assim por diante”.

Com esse pensamento, importantes temas relacionados à atuação da Administração Central da JF/SP foram debatidos em uma reunião telepresencial ocorrida em novembro de 2013, com juízes da capital e interior. O evento foi transmitido por videoconferência para as demais subseções judiciárias do estado.

\* Os dados abaixo foram atualizados até o mês de dezembro de 2013, período em que esta edição da Justiça em Revista foi finalizada.

## Administração Central

Durante o encontro, Paulo Conrado ressaltou que um dos grandes desafios enfrentados pela Diretoria do Foro é dar conta das inúmeras demandas que aparecem diariamente e, ao mesmo tempo, planejar as ações futuras.

Uma das alternativas aventadas seria reestruturar o Administrativo Central em dois pólos gestores: o primeiro cuidaria dos problemas do dia a dia da administração. Já o segundo teria um caráter estratégico, focado em planejar o futuro.

“Não enxergamos a mínima possibilidade de construir algo que seja significativo para o Primeiro Grau e, conseqüentemente, para a Justiça como um todo, se não pararmos para pensar nas ações a serem executadas, deixando os



problemas diários para serem resolvidos separadamente”, disse Paulo Conrado.

## Descentralização

A ideia da descentralização administrativa partiu da necessidade de simplificar a tomada de decisões por cada uma das subseções judiciárias, conferindo-lhes autonomia para agir nos assuntos que pudessem ser resolvidos sem a intervenção direta da Administração Central. Com isso, seria possível uma gestão menos concentrada.

Juízes que exercem função administrativa, como diretores de subseção e coordenadores administrativos, teriam, por delegação, algumas atribuições e competências que estão previstas na Resolução nº 79/2009 do Conselho da Justiça Federal.

Para normatizar essa proposta, foi elaborada uma minuta de Portaria pela Diretoria do Foro, que foi levada a debate público.

## Aproveitamento de servidores

No ano passado, após o vencimento do concurso realizado em 2007, tomaram posse na Seção Judiciária de São Paulo cerca de 150 novos servidores (técnicos e analistas judiciários) que foram aproveitados dos concursos do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas (UGEP) trabalhou para viabilizar esse aproveitamento, mesmo com as naturais dificuldades que se apresentaram. “Tivemos que fazer tudo

muito rapidamente, mas todas as metas foram cumpridas graças ao esforço do RH, que vestiu a camisa e deu efeito a ideia do aproveitamento de servidores”, afirmou o diretor do Foro.

Para o concurso de 2014, estima-se que a nomeação de novos servidores



ocorra ainda no primeiro semestre do ano, o que permitirá recompor de forma gradativa o quadro de pessoal em todo o estado.

### Unidade Presidente Wilson

Em agosto de 2013, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) celebrou um acordo com a Secretaria do Patrimônio da União, a Prefeitura de São Paulo e a Polícia Federal para desocupação da unidade situada na avenida Presidente Wilson, possibilitando ao Governo Federal dar prosseguimento a seu programa de moradias populares no local. Na ocasião, ficou decidido que a Justiça Federal seria transferida para um imóvel da Polícia Federal na avenida Santa Maria, região da Barra Funda.

Uma parte importante do processo de mudança é o esvaziamento do arquivo, especialmente no que diz respeito aos bens e materiais que lá estão armazenados. Para isso, a Diretoria do Foro solicitou a colaboração dos juízes federais responsáveis pelos processos criminais para darem uma destinação aos bens que lá estão depositados, permitindo que sejam vendidos, doados ou leiloados.

### Orçamento

Em relação ao orçamento de 2014, Paulo Conrado explicou que as ações, cujo valor é superior a R\$ 2 milhões, dependem da aprovação de emendas ao orçamento propostas pelo TRF3. Se isso não ocorrer, os projetos ficam comprometidos para o exercício de 2014.

“Essa é uma questão que deve ser trabalhada com a necessária transparência, pois temos subseções judiciárias que já possuem terrenos cedidos e projeto executivo aprovado e contratado para fins de construção de sede própria, mas, apesar disso, não teremos orçamento para iniciar a obra em 2014”, ponderou o magistrado.

A aprovação ou não das emendas deve ser comunicada aos juízes diretores de subseção e coordenadores administrativos, para que cada um tenha condições de planejar sua gestão para 2014. Isso também abre a possibilidade de se trabalhar mais intensamente a inclusão de projetos no orçamento de 2015, caso não sejam contemplados no orçamento atual.

### Propostas em andamento

Até o fechamento desta edição (dezembro) estavam em andamento outras propostas de reestruturação administrativa enviadas pela Diretoria do Foro para apreciação do TRF3, as quais poderiam ser fixadas por meio de resolução ainda naquele exercício.

A primeira delas estabelecia a metodologia de definição da quantidade de servidores por vara. “Atualmente não temos uma norma clara referente ao quadro de pessoal das unidades judiciárias. Não há parâmetros objetivos que definam

porque certa vara é contemplada com um número específico de servidores diferente de outra”, frisou Paulo Conrado.

Para atingir esse propósito foi encaminhada ao Tribunal minuta de resolução que, dentre outras coisas, cria para o próprio órgão a responsabilidade de rever bianualmente a situação do quadro funcional nas unidades da Seção Judiciária, verificando onde o número de servidores deve ser reforçado ou diminuído, com base na quantidade de processos distribuídos.

Outra proposta diz respeito à desvinculação dos agentes de segurança dos quadros de pessoal das varas, abrindo a possibilidade de se colocar outros servidores nesses locais. “Uma vara que possui 12 servidores e um deles é agente de segurança tem, na verdade, apenas 11 servidores formalmente trabalhando com os processos. O ideal é que o agente não componha a força de trabalho da vara, pois, ou ele está em desvio de função, ou há um prejuízo para a vara, que não pode contar com a força de trabalho desse servidor”, concluiu o juiz.

A proposta da Diretoria do Foro visa colocar os agentes em uma Central de Segurança (capital e interior), onde poderão receber treinamento e qualificação para atuarem em sua função original, sendo encaminhados às unidades judiciárias que precisam de mais segurança.

Tanto o que já foi feito quanto as propostas apresentadas são alternativas para os desafios enfrentados na Seção Judiciária de São Paulo, o que certamente reflete no aprimoramento do trabalho de todas as áreas e setores da Justiça Federal.

Para o juiz federal Paulo Conrado, o período à frente da Diretoria do Foro foi “de intenso aprendizado, técnico e emocional”, e acrescenta: “devo atestar publicamente, de todo modo, que a Justiça Federal de São Paulo é das mais competentes do ponto de vista administrativo - não falo de mim, obviamente, senão da estrutura que encontrei, preordenada pelos colegas que aqui estiveram e que nos deixaram um respeitável legado, representado por uma verdadeira ‘máquina’, potente, capaz de cumprir metas que, noutras realidades, seriam invencíveis”.

# Curiosidades nas perícias do JEF

Quando o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) indefere um pedido de determinado benefício a seu segurado, este, sentindo-se prejudicado, pode recorrer ao Poder Judiciário para reverter a decisão. Normalmente, o processo corre no Juizado Especial Federal (JEF), órgão que processa ações com valores inferiores a 60 salários mínimos. Quando o benefício em discussão é relativo a situação de saúde da pessoa (aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, entre outros) é necessário um laudo médico elaborado por peritos do JEF. O Fórum da capital possui peritos médicos especialistas nas áreas de clínica geral, ortopedia, psiquiatria e neurologia, além de otorrinolaringologistas e oftalmologistas, que atendem fora do JEF. Diariamente, mais de cem perícias médicas são realizadas no Juizado. E com uma quantidade tão grande de avaliações, é normal que apareçam casos e situações curiosas, tensas e dramáticas. "Algumas vezes, os periciandos vêm aconselhados a não tomar suas medicações, com o objetivo de deixar mais evidente seu problema de saúde, tentando assim convencer os peritos de que fazem jus ao benefício", afirmou Maria Aparecida Franco Rosa, diretora da Divisão Médico-Assistencial. "Muitas vezes, só o fato de ter uma doença, a pessoa acha que tem a incapacidade para o trabalho, o que não é verdade", completou. Maria Aparecida nos apresentou alguns casos curiosos que já passaram por lá:

## Muletas de mentira

Certa vez, veio uma senhora com o que a gente chama na brincadeira de 'kit perícia' (muletas, faixas, colar cervical, etc) e obviamente mancando bastante. Chegou 'se arrastando' para a perícia e praticamente convenceu o perito de que realmente possuía problemas ortopédicos. Para o azar dela, era a última avaliação marcada antes do almoço do perito. Ao descer para almoçar, o perito viu, sem querer, a senhora atravessando a avenida Paulista, andando normalmente sem muletas. O perito, inclusive, tirou uma foto dela neste momento para juntar nos autos, caso fosse necessário. Obviamente, o benefício daquela senhora foi indeferido.

## Fezes na mochila

O autor veio a uma perícia psiquiátrica, deixou sua mochila em cima da maca e, após a avaliação, abriu a mochila, tirou um pote que continha fezes, começou a passá-la no próprio corpo e saiu lambuzando tudo. Porém, essa atitude, premeditada, não era compatível à doença que ele tinha. No final, o laudo do perito foi desfavorável e o autor não conseguiu o benefício.

## Descoberta de tumor

Num outro caso, uma pessoa, que morava sozinha e que não tinha nenhum parente em São Paulo, apresentava dores de cabeça e problemas de esquecimento. Devido a esses sintomas, agendou uma perícia. Quando o perito abriu seu exame, percebeu que o autor tinha risco de morte iminente, pois estava com um tumor no cérebro que até então não sabia. Na mesma data, o rapaz foi encaminhado ao pronto socorro do Hospital das Clínicas para iniciar o tratamento.

## Chegou quase morto

Um senhor havia agendado uma perícia para determinado dia, mas não apareceu no horário. Duas horas após o perito já ter ido embora do Fórum, o homem chega, acompanhado de alguns familiares, praticamente desfalecido, sem mexer os olhos, com câncer já em estado terminal e sem se mover. Inclusive, havia demorado pra chegar pois seus parentes estavam com dificuldades de colocá-lo no carro. Em situações como esta, o ideal é a realização de uma perícia indireta, pois o deslocamento do periciando até o Fórum é muito prejudicial. Só que o advogado entendeu que era melhor o autor vir até aqui porque teria mais garantia de ganhar o processo. Ligamos para o perito, ele retornou e logo encaminhou o autor ao Pronto Socorro porque realmente a situação era gravíssima. Infelizmente, ele veio a falecer no dia seguinte.

## Espalhando HIV

Um rapaz, portador do vírus HIV, já chegou todo agitado e nervoso porque havia passado por uma perícia psiquiátrica e o laudo não tinha sido favorável a ele. Então, passou por uma perícia clínica e durante a entrevista, ele imaginou que o laudo também não seria a seu favor e foi até a janela, quebrou o vidro e tentou se jogar. Foi contido pelos seguranças e solicitamos reforço policial. O periciando, que estava totalmente descontrolado, partiu pra cima dos policiais e ele, que estava todo cortado em virtude da quebra do vidro da janela e tentou ferir os policiais para contaminá-los com seu sangue. Dois dos policiais foram encaminhados imediatamente para o hospital e tiveram que ser tratados com medicamentos retrovirais por um ano, para não correr o risco de adquirir o HIV. No final, foi comprovado que o autor não possuía incapacidade e não teve seu pedido deferido no processo.

## Outros casos

Já tivemos outras situações em que um rapaz com menos de 30 anos queria se aposentar por invalidez simplesmente porque tinha uma grande cicatriz no braço resultado de um acidente de moto. Também uma mulher que se irritou com a entrevista e desferiu uma mordida na perita. "Certa vez, eu mesma fui agredida por uma mulher que não havia gostado do laudo do perito. Enfim, são várias as situações curiosas que aparecem semanalmente aqui no Juizado", completou Maria Aparecida. ■



# Novos servidores e os desafios de uma nova etapa

No final de 2013 a Justiça Federal da 3ª Região publicou um edital para a realização de mais um concurso para seleção de analistas e técnicos judiciários para preenchimento de vagas do quadro de pessoal das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Milhares de inscritos buscavam a mesma realização: tornar-se um servidor público federal.

Dada a quantidade de participantes a concorrência tende a ser acirrada. Contudo, ser aprovado na seleção de provas e títulos não põe fim à fase dos desafios.

Assim como em todo novo emprego, a expectativa é grande. Depois de muita preparação quando o candidato recebe a notícia de que foi convocado para os exames médicos e psicológicos dá-se início a uma nova fase, onde a ansiedade e o sentimento de realização normalmente estão presentes.

Para entender um pouco mais desse processo que os novos servidores passam ao conquistar o tão almejado cargo público, a Justiça em Revista conversou com as psicólogas Joceli Gerra Castelfranchi, Cibele Martinez Quilici e Eliana Pereira Finholdt da Seção de Seleção e Acompanhamento Funcional:

**JR - Depois de passar por momentos de grande expectativa que tipo de sensação e sentimento os candidatos apresentam quando estão realizando os testes psicológicos?**

**Psicólogas** – Na etapa do processo seletivo chamada de psicotécnico utilizamos várias ferramentas de avaliação, dentre elas estão os testes. Esse é um momento de apreensão, ainda que a avaliação faça parte de nossas vidas desde de que nascemos (um bebê quando nasce já é avaliado pelo peso, altura etc), mas também é um momento de expectativa positiva por ter sido convocado e existir a possibilidade de ser nomeado. Com o decorrer do processo, quando temos a dinâmica de grupo e também quando da entrevista individual, percebemos que

a apreensão do começo já se torna mais leve, e os candidatos vão se “soltando”, até porque na dinâmica proporcionamos momentos de interação entre eles.

**JR - Qual é o maior desafio para quem começa a trabalhar na JF/SP?**

**Psicólogas** - É o desafio normal de trabalhar num lugar novo. Ainda que a Justiça Federal seja uma organização burocrática que apresenta características como obediência a normas e regras, com caráter formal e relação hierarquizadas, ao longo dos anos ela tem se modificado/transformado atendendo as mudanças da sociedade.

Ainda, se não temos candidatos com formação na área do Direito, sentimos muitas vezes uma expectativa maior, que acaba sendo um desafio, pois sabem que serão exigidos no conhecimento do Direito.

**JR - Como a instituição se prepara para receber os novos servidores?**

**Psicólogas** - Os novos servidores passam por ambientação e conhecem de forma geral como é a Justiça Federal. E quando são encaminhados para a lotação, o gestor que os recebe precisa lembrar que receber um servidor é como receber uma pessoa nova na nossa casa, ou seja temos que saber acolher bem as pessoas, afinal o novo servidor sempre vem para contribuir com o nosso trabalho.

**JR - Os novos servidores costumam ser flexíveis e dispostos a encarar desafios?**

**Psicólogas** - Na sua grande maioria sim, afinal o mundo do trabalho funciona dessa forma. Mesmo que o servidor seja menos



flexível e mais reservado aos desafios, a experiência mostra a necessidade de adaptação que temos que ter, quer na vida pessoal, quer na profissional.

**JR - Quais são os principais fatores que costumam motivar ou desmotivar os novos servidores?**

**Psicólogas** - O que motiva uma pessoa é ser reconhecido, conhecer seu trabalho e ser acolhido e respeitado nas suas diferenças. Ter um ambiente de trabalho com clima saudável, que inclua respeito às diferenças, reconhecimento, acolhimento é bastante motivador. Fala-se muito em qualidade de vida, precisamos trazê-la para o ambiente de trabalho e não só buscar “lá fora”, nas academias, alimentação, etc. Isso não basta. Vir para um ambiente de trabalho agradável motiva as pessoas. O contrário de tudo isso é que desmotiva.

**JR - Para facilitar a adaptação como o servidor deve se portar ao assumir o cargo público?**

**Psicólogas** - O servidor precisa saber que ao assumir um cargo público ele tem a responsabilidade de atender ao público, interno ou externo, da melhor forma possível e se comprometer com a sua atividade, o trabalho de todos nós é importante e somos nós os responsáveis pela nossa imagem e nossa marca. Ele deve procurar ter uma “abertura” para as diferenças de pensamentos. Para se adaptar melhor, é preciso adentrar num emprego e numa situação pessoal de vida disposto a trocar ideias e ouvir as outras pessoas.

# Bragança Paulista



Fundada em 15 de dezembro de 1763, inicialmente com o nome de Conceição do Jaguary, a cidade de Bragança teve início quando um povoado surgiu ao lado da capela Nossa Senhora da Conceição, construída por Antonio Pires Pimentel e sua esposa Ignácia da Silva Pimentel. Somente em novembro de 1944 o município ganhou o nome de Bragança Paulista, para se diferenciar de uma cidade no Pará que também se chamava Bragança. Posteriormente, em virtude do seu excelente clima, Bragança Paulista foi elevada à categoria de Estância Climática, cuja nomeação é feita pelo Governo do estado de São Paulo.

Bragança Paulista ainda conserva a cultura e tradição da vida interiorana, mas possui uma infraestrutura de cidade grande, com hotéis, restaurantes, museus, jardins e um importante aeroclube para formação de pilotos no Brasil. A cidade foi reconhecida como Cidade Poesia, título dado por conta de suas belas colinas, igrejas, praças e o seu cartão postal: o Lago do Taboão, cercado de atrativos para todas as idades, no centro existe o Museu do Telefone, que ocupa o prédio da antiga sede da Companhia Rede Telephonica Bragantina.

Entre os destaques naturais está a Represa do Jaguari, formada pelos rios Jaguari e Jacaré. Os fãs da boa comida podem provar a tradicional linguíça bragantina, que é o principal atrativo gastronômico da cidade.

## Justiça Federal

Em 3 de abril de 2001, o então presidente do TRF3, desembargador federal José Kallas, inaugurou em Bragança

Paulista a 23ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo. O Fórum está situado na avenida dos Imigrantes, n.º 1.411, Jardim América, com uma área construída de aproximadamente 2.200 m<sup>2</sup>.

A Subseção possui atualmente 38 servidores, 9 estagiários e 24 funcionários terceirizados (dados de novembro/2013). O juiz federal Mauro Salles Ferreira Leite é o diretor da subseção e está na titularidade da 1ª Vara respondendo pelo recém inaugurado JEF.

Em relação ao início do funcionamento do Fórum, em abril de 2001, houve um aumento expressivo do número de ações, especialmente as de natureza previdenciária. Na 1ª Vara Federal encontram-se em trâmite cerca de 6 mil processos. De janeiro até dezembro de 2013 foram distribuídos aproximadamente 1900 ações. No Juizado Especial Federal encontram em tramitação cerca de 220 processos.

Atualmente, a Justiça Federal em Bragança Paulista é um importante instrumento garantidor das políticas públicas federais no âmbito dos municípios que se encontram no âmbito de sua jurisdição. Esta Subseção atrai para a

sua sede a qualidade de polo regional de desenvolvimento, não somente em função das características estratégicas desta região, como localização geográfica e economia dinâmica de base industrial, além de proporcionar um ambiente seguro para investimentos e parcerias com o público e empresas privadas.

## JEF é inaugurado

Foi inaugurado no dia 21 de novembro o Juizado Especial Federal da cidade, com jurisdição sobre 15 municípios da região. A 1ª Vara-Gabinete do JEF permitirá à população recorrer à justiça sobre causas cíveis, como Sistema Financeiro da Habitação (SFH), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e tributos federais; e também causas previdenciárias, desde que os valores não ultrapassem os 60 salários mínimos.

Além de Bragança Paulista, o JEF da 23ª Subseção Judiciária possui jurisdição sobre os municípios de Águas de Lindóia, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Joanópolis, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra, Socorro, Vargem e Tuiuti.



Cartão postal da cidade:  
Lago do Taboão

**Execução Fiscal****Autor: Paulo Cesar Conrado****Editora: Noeses**

O livro publicado pelo juiz federal e diretor do Foro Paulo Cesar Conrado promove uma releitura sobre o procedimento executivo, em especial no âmbito tributário. De interesse para profissionais e acadêmicos em geral.

**Títulos Públicos – Natureza Jurídica de Mercado****Autor: Marcio Ferro Catapani****Editora: Quartier Latin**

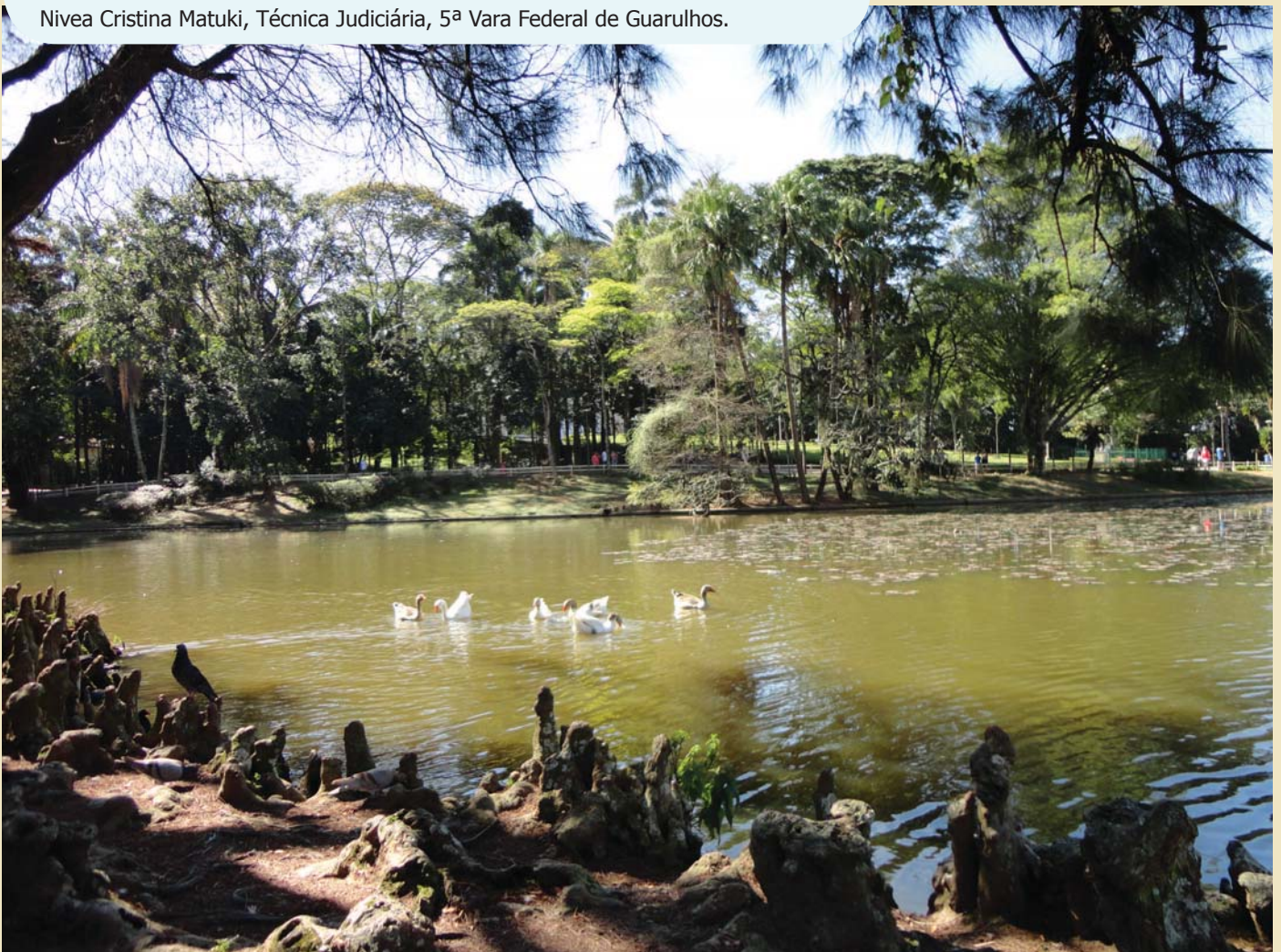
De autoria do juiz federal Marcio Ferro Catapani, da 10ª Vara de Execuções Fiscais da capital, o livro traz uma análise dos títulos públicos, sua natureza e regime jurídico e o mercado onde são negociados.

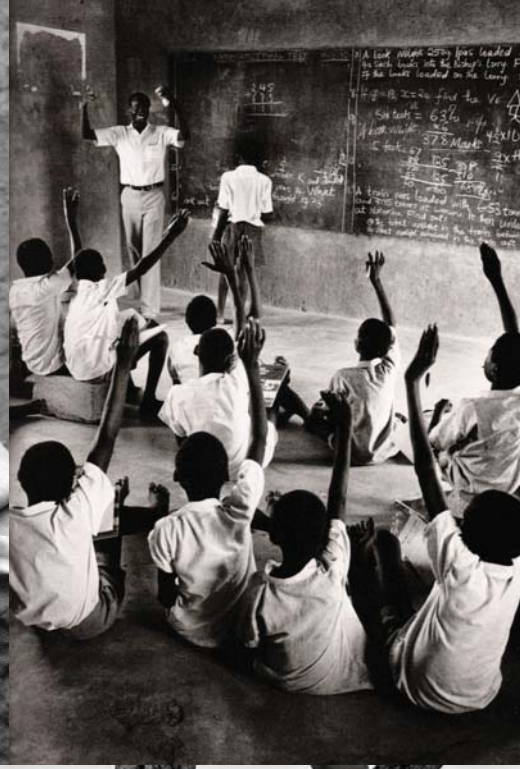


IMAGEM DA VEZ

Tirei esta foto no Parque Estadual Alberto Löfgren, mais conhecido como Horto Florestal, Zona Norte de São Paulo. Um lugar lindo, é o parque da minha infância.

Nivea Cristina Matuki, Técnica Judiciária, 5ª Vara Federal de Guarulhos.





8 de fevereiro de 2014  
70 anos do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado

